

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: agregando, incluindo e almejando oportunidades

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : agregando, incluindo e almejando oportunidades 1 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-418-4

DOI 10.22533/at.ed.184202509

1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Importante contar ao leitor, antes de apresentar com mais detalhe as características desta obra, o contexto em que ela se insere, marcando bem o lugar histórico que a circunscreve.

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angustias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste volume de “***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente.

Este livro, ***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***, reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Elisangela Alves dos Reis	
Patrícia de Oliveira Santana	
Patrícia Sanches Hipolito	
DOI 10.22533/at.ed.1842025091	
CAPÍTULO 2	13
METODOLOGIAS DE ENSINO APRENDIZAGEM, EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS	
Elis Regina Vasconcelos Farias	
Francisco Jadson Franco Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.1842025092	
CAPÍTULO 3	22
AVALIANDO AS BANCAS AVALIADORAS. CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Anderson Paulino de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1842025093	
CAPÍTULO 4	34
PROJETO EAD NA COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA SÃO DOMINGOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES	
Rosanni Machado da Costa	
Sônia Maria da Costa Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.1842025094	
CAPÍTULO 5	53
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA SALA DE AULA: PERSPECTIVAS PARA LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	
Tatiana da Conceição Gonçalves	
Mônica do Socorro de Jesus Chucre	
DOI 10.22533/at.ed.1842025095	
CAPÍTULO 6	63
A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: MAPEAMENTO DE DISSERTAÇÕES E TESES NO BRASIL (2005-2020)	
Aldirene Pinheiro Santos	
Uilde de Santana Menezes	
Degenaura Gomes de Andrade Stefaniu	
Antônio Perez Stefaniu	
DOI 10.22533/at.ed.1842025096	

CAPÍTULO 7.....	76
DO RIO SÃO FRANCISCO AO SERTÃO NA CARAVANA ALAGOANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Mércia Lamenha Medeiros	
Lenilda Austrilino	
Auxiliadora Dammiane Pereira Vieira Costa	
Francisco José Passos Soares	
DOI 10.22533/at.ed.1842025097	
CAPÍTULO 8.....	85
VIVÊNCIAS DOCENTES E A TRANSIÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 5º PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Andréa Cristina Batista dos Santos	
Anilton Salles Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.1842025098	
CAPÍTULO 9.....	108
EDUCAÇÃO E RECURSOS TECNOLÓGICOS: CONCEPÇÕES DO MEDIADOR E SUA RELEVÂNCIA PARA O ENSINO INCLUSIVO	
Igor Araújo	
Bruno Araújo de Souza	
Nayara Cardoso Barros	
Carla Heloísa Luz de Oliveira	
Tiffani Carla da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.1842025099	
CAPÍTULO 10.....	123
INCLUSÃO QUALIFICADA: O LUGAR DA ESCUTA NO PROCESSO SELETIVO DISCENTE DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO BAIXO SUL DA BAHIA-BRASIL	
Joana Maria de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.18420250910	
CAPÍTULO 11.....	139
TEORIAS APLICÁVEIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL, SOB A PERSPECTIVA DO COGNITIVISMO: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, CAMPOS CONCEITUAIS E TEORIA DOS MODELOS MENTAIS	
Virgínia Maia de Araújo Oliveira	
Rosejane Cristina Almeida Costa	
Giselle Christine Lins Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.18420250911	
CAPÍTULO 12.....	153
A LDB E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE A LEI Nº 4.2461 E A LDB Nº 9394/96	
Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa	
Bárbara Ellen Rebouças Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.18420250912	

CAPÍTULO 13.....	167
A EPISTEMOLOGIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DO DOCENTE	
Marlise Márcia Trebien	
Jaci Lima da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18420250913	
CAPÍTULO 14.....	177
“TDAH DEPOIS DE GRANDE?” IMPLICAÇÕES DA DESCOBERTA TARDIA DO TDAH EM UMA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA	
Kevin Ferreira Corcino	
Thales Fabricio da Costa e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18420250914	
CAPÍTULO 15.....	193
A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA – IMPACTOS NA GESTÃO E NA MATRIZ CURRICULAR	
Adelcio Machado dos Santos	
Manoel Leandro Fávero	
Daniel Tenconi	
DOI 10.22533/at.ed.18420250915	
CAPÍTULO 16.....	199
ENSINO FUNDAMENTAL: ROTATIVIDADE DOCENTE E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NUMA ESCOLA MUNICIPAL EM SÃO MATEUS/ES	
Rita de Cássia Correia Maciel dos Santos	
Sônia Maria da Costa Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.18420250916	
CAPÍTULO 17.....	215
INTERVENÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA DE UM ALUNO AUTISTA	
Cláudia Inês Pelegrini de Oliveira Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.18420250917	
CAPÍTULO 18.....	231
CURRÍCULO TRADICIONAL, EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cecília Aguirre	
DOI 10.22533/at.ed.18420250918	
CAPÍTULO 19.....	243
UM OLHAR CRÍTICO-REFLEXIVO ANTE AOS DESAFIOS DO PNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OFERTA E QUALIDADE NO MUNICÍPIO DE MANAUS	
Gerilúcia Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.18420250919	

CAPÍTULO 20.....	253
MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA INFANTIL: DISPOSITIVOS LEGAIS E INTERDISCIPLINARES	
Ana Maria Vargas da Silva	
Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis	
DOI 10.22533/at.ed.18420250920	
CAPÍTULO 21.....	269
A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS, PARA QUE ESTAS SEJAM INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO	
Alda Lucia Souza Lopes da Silva	
Luiz Ortiz Jeménez	
DOI 10.22533/at.ed.18420250921	
CAPÍTULO 22.....	283
OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: PORQUÊS MATEMÁTICOS NO ENSINO SUPERIOR	
Abigail Fregni Lins	
Sergio Lorenzato	
Danielly Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.18420250922	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	298
ÍNDICE REMISSIVO.....	299

A LDB E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE A LEI Nº 4.2461 E A LDB Nº 9394/96

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 30/07/2020

Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN)
Natal - RN
<http://lattes.cnpq.br/0325994573760828>

Bárbara Ellen Rebouças Cunha

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN)
Natal – RN
<http://lattes.cnpq.br/6536127094802159>

RESUMO: Este artigo aborda uma análise sobre a formação de professores nas Leis de Diretrizes de Bases da Educação Nacional do Brasil, tendo como objetivo principal analisar as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 4.024/61, e a lei de nº 9394/96. O presente estudo pretende fazer uma comparação entre as LDBs de 1961 e a de 1996 em relação à formação inicial e a continuada dos professores. Utilizamos como metodologia dois procedimentos de pesquisa a fim de atingir os objetivos propostos pelo trabalho, esses procedimentos foram a análise documental e a revisão bibliográfica acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Como resultado do estudo, foi possível perceber a evolução na LDB e os benefícios para os professores.

PALAVRAS-CHAVE: LDB. Formação. Professores.

LDB AND THE TEACHERS TRAINING: A STUDY UPON THE LAWS Nº 4.2461 AND Nº 9394/96

ABSTRACT: The present article approaches an analysis about the teacher training in the Brazilian Laws of Directives and Bases of National Education (LDB), having as main objective analyze the Brazilian Laws of Directives and Bases of National Education (LDB) nº 4.024/61 and the law nº 9394/96. This paper intends to make a comparison between the LDB of 1991 and 1996 in relation to the initial and continuous training of teachers. Seeking to achieve the proposed objectives, two search procedures were used as methodology. These procedures were the document analysis and the bibliographic review of the Law of Directives and Bases of National Education. As a result of the study, was possible to perceive an evolution in LDB and of the benefits for teachers.

KEYWORDS: LDB. Formation. Teachers.

1 | INTRODUÇÃO

Mundialmente, a década de 1990 trouxe consigo inúmeras mudanças, sejam elas políticas ou educacionais. Além disso, importantes eventos marcaram todo o mundo, como a expansão da democracia, a criação Blocos Econômicos, além da popularização computador que, hoje, se faz de fundamental importância nos meios de comunicação. Na educação, os marcos de referência educacional foram bastante expressivos na década de

1990, como a Cúpula Mundial para a Infância (1990), Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993), Declaração de Salamanca (1994) Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Encontro Intermediário do Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos (1996). Todos esses marcos tinham como um dos objetivos, a discussão sobre a qualidade e acesso à educação.

No âmbito nacional, para Pinheiro, Giambiagi e Moreira (2001), a década de 90 foi marcada por inúmeras reformas no Brasil, reformas essas que compreendiam como uma séria de iniciativas que tinham como objetivo aumentar a produtividade por meio da minimização da interferência governamental no mercado de trabalho, bem como maximizar a competitividade da economia. As principais iniciativas para a década de 1990 foi a liberação do comércio, a privatização e a desregulamentação

No Brasil, inúmeros acontecimentos marcaram a década de 1990, tanto no meio político quanto no educacional. O Brasil estava saindo da Ditadura Militar, que durou 21 anos, e entrando na era democrática. Fernando Collor, primeiro presidente eleito pelo povo desde 1960, quando Jânio Quadros venceu a última eleição direta para presidente antes do Regime Militar, toma posse dia 15 de março de 1990. Diante desse marco histórico, o Brasil passou a contar com o voto da população, elegendo Collor, Itamar Franco e FHC como presidentes do país durante essa década.

No ano de 1996, no Brasil, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi elaborada, a partir do Lei de nº 9394/96, que vem reafirmar o direito à educação, garantida pela Constituição Federal. A LDB é a legislação que regulamenta o sistema educacional, público e privado do Brasil, em todos os níveis de ensino, da Educação Básica ao Ensino Superior, este tema será discutido com maior profundidade no decorrer do artigo.

Em suma, a década de 1990 foi marcada por grandes desafios, transições, conquistas e muitas reformas. No Brasil, mais especificamente, foi uma década em que a democracia passou a ser um princípio norteador das ações institucionais brasileiras, bem como a educação teve a renovação da sua principal lei da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases.

Partindo disso, o presente artigo tem como objetivo analisar as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 e a lei de nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 e o que elas dizem sobre a formação inicial e continuada dos professores, a partir de uma análise documental e um estudo bibliográfico acerca da temática. O motivo pelo qual nos levou a pensar sobre a temática foi a inquietação a respeito do que a principal lei sobre a educação traz a respeito de um dos principais agentes da educação, o professor, e a sua formação, e de que forma a lei garante que essa formação ocorra.

Além disso, o estudo veio a partir da disciplina *Educação Brasileira*, componente obrigatório no Mestrado em Educação da Universidade Federal do

Rio Grande do Norte (UFRN). A partir da disciplina, foi possível refletir acerca da educação no Brasil, bem como as leis que respaldam o direito à educação. Diante disso, a fim de atingir o objetivo do estudo, será realizada uma análise documental das leis federais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 4.025 de 20 de dezembro de 1961 e a LDB nº. 9.394/96 e o que elas dizem sobre a formação de professores.

Mesmo tendo como objetivo a comparação sobre as duas LDBs, a de 1961 e a de 1996, decidimos realizar um breve apanhado histórico acerca da década de 1990 devido a importância da mesma para a educação brasileira pois, a LDB formulada em 1996 é a principal legislação acerca da educação, sendo ela um marco para a educação brasileira. A partir da lei nº 9394/96, o Brasil sofreu inúmeras mudanças no âmbito educacional, como a ampliação de vagas, e melhoria na qualidade de ensino.

2 I UM BREVE HISTÓRICO ACERCA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) é a legislação que regulamenta o sistema educacional, seja ele público ou privado, do Brasil, em todos os níveis de ensino (da educação básica ao ensino superior). Até hoje, o Brasil já presenciou duas LDBs democraticamente: a de Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e a de Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Porém, durante o Regime Militar, o então presidente Garrastazu Médici sancionou, sem discutir com a população, a LDB nº 5692, publicada em 11 de agosto de 1971.

A primeira LDB já era prevista na Constituição Federal de 16 de julho de 1934, a partir do Art 5º, inciso XIV que dizia “traçar as diretrizes da educação nacional”. Porém, a Constituição de 34 vigorou por apenas três anos, sendo substituída pela Constituição Federal de 1937, com a introdução do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Com o fim do Estado Novo em 1945, promulga-se uma nova Constituição Federal em 1946, voltando a cena o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil.

De acordo com Saviani (2007), o debate sobre a LDB e a defesa da escola pública, girava em torno de três correntes distintas: o primeiro grupo eram os *liberais-idealistas*, os *liberais-pragmatistas* e os *de tendência socialista*. Porém, mesmo com divergências de ideais, os três grupos conseguiram uma grande articulação social, visando a defesa da escola pública. Portanto, a LDB, prevista na Constituição de 1934, foi apenas traçada quase 30 anos depois, para que o texto final da LDB nº 4024 fosse sancionada pelo presidente João Goulart em 1961. Essa foi a primeira legislação elaborada exclusivamente para regularizar a educação do país, que traz

aspectos como formação de professores e recursos financeiros.

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61 foi considerada ultrapassada, por trazer termos considerados ultrapassados e que caíram em desuso. Porém, apenas em 1996 o debate sobre uma nova lei foi concluído e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996 foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo ministro da educação Paulo Renato e foi realizada por Darcy Ribeiro,

É necessário destacar o cenário político sobre o qual essa lei foi sancionada. Na década de 1980 surgiram pedagogias contra hegemônicas no Brasil com a finalidade de uma abertura democrática, visto que o país vinha de uma ditadura militar desde o golpe em 1964. No que tange o cenário mundial, podemos destacar a ascensão do pensamento neoliberal, o qual o estado deveria ser mínimo, destacamos os governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, que governou entre 1979 e 1990, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, de 1981 a 1989.

Nesta perspectiva, o neoliberalismo se configura como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. E para a educação, o neoliberalismo julga que o Estado é incompetente para geri-la, dando ênfase ao ensino privado, buscando sempre uma qualidade e eficiência no ensino, voltados para o mercado de trabalho. Chega ao Brasil em meados da década de 1990, sendo a LDB 9394/96 promulgada sob esta perspectiva neoliberal.

A LDB de 9394/96 vem para reafirmar o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, tanto na de 1934 quanto na de 1988. A Constituição de 1988 prevê no Art 6º “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” bem como define as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Partindo disso, no Art 2º da LDB 9394/96, afirma que a educação é dever da família e do estado e que “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil nº 9394/96, aponta treze princípios no qual o ensino será ministrado, como por exemplo: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; a garantia do direito à educação e à

aprendizagem ao longo da vida, entre outros.

De acordo com a LDB nº 9394/96, a educação brasileira é dividida em dois níveis: educação básica e ensino superior. No III título da LDB nº 9394/96 intitulado de *Do direito à Educação e Dever do Estado*, no Art. 4º, afirma que a educação básica deve ser obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, disposta em três etapas: pré escola, ensino fundamental e ensino médio. Além disso, fornece a garantia à educação infantil gratuita às crianças de até 5 anos de idade.

No que se diz respeito ao ensino superior, a LDB 9394/96 prevê, a partir do Art 43, o ensino superior tem 8 finalidades listadas, entre elas estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, entre outros.

Diante disso, é de competência da União a oferta de ensino superior, podendo ser oferecida pelos Estados e Municípios, desde que os mesmo já tenham atendido os níveis que lhes são responsáveis em sua totalidade. Deste modo, cabe à União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior. Além desses dois níveis, há outras modalidades de educação no Brasil, que perpassam todos os níveis da educação nacional, sendo elas: educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica e educação à distância.

3 I FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPORTÂNCIA E A VALORIZAÇÃO DOCENTE

A formação de professores não é uma temática que vem desde o início da educação. De acordo com Saviani (2009), só se começou a pensar em formação de professores no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado o problema da instrução popular. A partir disso, se deriva o processo de criação das Escolas Normais, com finalidade de serem instituições encarregadas de preparar professores.

Já no Brasil, a necessidade em se pensar sobre a formação de professores veio após independência brasileira em 1822, após dois anos, foi outorgada a Constituição em 1824, que durou por todo o período imperial. A Constituição Imperial, traz em seu 179 artigo, no inciso 33 que *“A instrução primária é gratuita a todos*

os cidadãos.” Neste sentido, passa-se a pensar sobre uma lei específica para a educação, pois era preciso uma organização da instrução popular. Tal necessidade, surge da conveniência de mão de obra qualidade para os cargos públicos, já que a administração dos órgãos públicos, passou a ser do Brasil. E para atender a necessidade de docentes, vieram então os decretos para a instituição das primeiras escolas normais no Brasil, com o intuito de qualificar os docentes para oferecer o ensino de primeiras letras.

Diante disso, essa formação é um espaço de construção, descoberta, aprendizagem, socialização, trocas. É nessa formação que o professor constrói a sua identidade, bem como a construção dos saberes docentes, relacionando a teoria e a prática. Segundo Nóvoa (1992, p. 25), a formação de professores deve estimular uma perspectiva crítico reflexiva, que possa promover aos professores meios de pensamento autônomo, facilitando as dinâmicas de formação participativa. Além disso, a formação deve implicar em um investimento pessoal, sendo um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os próprios projetos, visando uma construção de uma identidade.

Com isso, vale ressaltar a importância que a formação de professores tem no âmbito educacional, sendo responsável por uma melhoria da qualidade do ensino, formação de profissionais mais produtivos e atentos aos avanços nas suas áreas de atuação, por exemplo. Para que isso ocorra, a escola, bem como os Municípios, Estados e Governo, são responsáveis por motivar e promover essa educação.

Diante disso, a formação do professor pode ser classificada em *formação inicial* e a *formação continuada*. A formação inicial seria a primeira etapa de preparação formal de futuros professores em uma instituição, lhes proporcionando a aquisição de conhecimento pedagógico para a atuação em sala de aula. Para Libâneo (2004, p. 189), “[...] a formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, frequentemente completado por estágios”.

Já a educação continuada diz respeito ao engajamento dos profissionais da educação em processo de se aperfeiçoar em determinadas áreas, permitindo-os estarem sempre se inovando, aprendendo e atualizados. Além disso, a formação continuada permite que o sujeito reflita sobre a sua prática, bem como a construção de conhecimentos entre a teoria e a prática. Para Imbernón (2001), a formação continuada terá como principal pilar a reflexão, a partir dos sujeitos, sobre a própria prática docente, permitindo ao mesmo examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes, de modo que realize, de uma forma constante, um processo de auto avaliação com uma postura crítica.

Além disso, a formação de professores vem na educação brasileira como um caminho para aumentar a qualidade do ensino, bem como no aperfeiçoamento

de saberes necessários à atividade docente. É uma oportunidade para o professor e também para a escolar de assegurar uma ação docente efetiva que tem como objetivo aprendizagens que sejam significativas para o dia a dia da escola.

Sobre a educação continuada, de acordo com Duarte (2017) para que a mesma seja efetiva, é necessário contemplar três dimensões: a dimensão científica, a dimensão pedagógica e a dimensão pessoal. A dimensão científica diz respeito ao desenvolvimento e a atualização dos conteúdos, sendo necessários que os professores estejam sempre atualizados, pois a nossa sociedade está em uma constante modificação. Já a dimensão pedagógica diz respeito aos métodos, técnicas e recursos de ensino utilizados pelos professores, que, em muitas pessoas, é na troca com outros professores que se é possível aprender novas metodologias, por exemplo. E por fim, a dimensão pessoal, que regula a intenção e a intensidade das atitudes do professor no processo de promoção de aprendizagens.

Diante disso, a formação está assegurada na Constituição Federal de 1988, no artigo 206 que diz que o ensino será ministrado pelos princípios da valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União.

Diante disso, trataremos o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação discute sobre a formação de professores, tanto a formação inicial quanto a formação continuada. A seguir, será explanado um breve resumo das três Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional, mas focaremos na LDB nº 4.024 de 1961 e na LDB nº 9394 de 1996, tendo em vista a nossa percepção sobre a LDB nº 5692/71, que foi sancionada em pleno Regime Militar e não teve a participação civil em seu debate. Portanto, iremos nos deter apenas às LDB nº 4.024/61 e na LDB nº 9394/96.

A primeira LDB de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, os principais pontos sobre a formação de professores está nos artigos 52, 53 e 59, no qual discutem sobre a formação de professores para o ensino primário no ensino normal de grau ginásial ou colegial e a formação de professores para o ensino médio nos cursos de nível superior.

Já a segunda LDB, que foi preterida pelas razões acima expostas, a de nº 5692 de 11 de agosto de 1971, traz nos artigos 30, 33 e 77 sobre a formação preferencial do professor para o ensino de 1º grau da 1ª à 4ª série em habilitação específica do 2º grau; além da formação do professor de 1º e 2º grau em curso de nível superior ao nível de graduação; bem como a formação dos especialistas da educação em curso superior de graduação ou pós graduação.

E, a última e atual LDB promulgada, a de nº 9396 de 20 de dezembro de 1996 que, traz sobre formação de docentes para atuação na educação básica a partir de

curso de nível superior, sendo aceito para educação infantil e as quatro primeiras séries do fundamental formação em curso Normal do ensino médio, bem como a formação dos especialistas da educação em curso superior em pedagogia ou por meio de pós-graduação.

4 I LDB DE Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961 E A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996: O QUE ELAS DIZEM SOBRE OS PROFESSORES

A primeira Lei de Diretrizes e Bases de da Educação foi promulgada pela lei nº 4024 em 20 de dezembro de 1961, e, após 10 anos em vigência, a Lei de Diretrizes e Bases foi reformulada, partir da Lei nº nº 5692 de 11 de agosto de 1971. Porém, apenas com a promulgação da LDB nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, ocorre uma reestruturação dos marcos normativos democráticos, tornando-se um marco histórico na educação brasileira uma vez que esta lei reformula a educação escolar, alterando os diferentes níveis e modalidades da educação.

Antes de falarmos da atual LDB nº 9394/96, é importante fazer uma contextualização acerca da formação de professores na perspectiva da primeira LDB do ano de 1961, sendo ela o primeiro passo para um maior investimento na educação, bem como abrindo portas para a nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Por ser a primeira lei que diz respeito somente à educação, a partir da análise do documento, é possível perceber que é uma lei com muitas lacunas e que, em relação à formação do professor, ainda era muito restrita e rasa sobre a temática. Com em média de 20 páginas, a Lei de nº 4.024 de dezembro de 1961 tinha por fim fixar as diretrizes e bases da educação nacional, trazia alguns pontos acerca da formação do professores, tais como: a formação em magistério, educação de ensino superior, entre outros.

O primeiro ponto que a lei traz sobre a formação do professor é no Capítulo I - Do Ensino Médio no Art. 34, diz respeito aos cursos que terão finalidade de formar professores para o ensino primário e pré-primário. Além disso, no Art. 52, o documento deixa mais claro ainda a respeito da formação dos professores, e sobre o ensino normal e a sua finalidade, bem como o Art. 53 traz sobre a formação para o ensino primário:

Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:
a) em escola normal de grau ginasial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginasial será ministrada preparação pedagógica.

Quadro 1 - Art. 34, 52 e 53 da LDB nº 4.024 de dezembro de 1961

Quadro construído pelos próprios autores

Como visto no quadro acima, os primeiros artigos da LDB de 1961 acerca da formação de professores dizem respeito ao que será oferecido no Ensino Médio, que contarão para cursos de formação de professores, e como o ensino normal tem como finalidade justamente essa formação. Além disso, no Art. 53, a LDB traz a formação docente para o ensino primário, que se daria a partir da escola normal de grau ginasial com no mínimo de quatro séries anuais onde, além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginasial, será ministrada preparação pedagógica.

Além dos artigos mostrados no quadro anterior, acerca da formação de professores, há também os artigos que trazem sobre a formação de professores e supervisores no ambiente rural, bem como a formação para os professores ministrarem no Ensino Médio:

Art. 57. A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio.

Art. 59. A formação de professores para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica.

Parágrafo único. Nos institutos de educação poderão funcionar cursos de formação de professores para o ensino normal, dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das faculdades de filosofia, ciências e letras.

Quadro 2 – Art. 57 e 59 da LDB nº 4.024 de dezembro de 1961

Quadro construído pelos próprios autores

Como vimos anteriormente, no Art. 57, a LDB expressa a preferência da formação de professores, orientadores e supervisores em currículos que garantam a ambientação desses profissionais ao ambiente rural. Porém, para ser professor no ambiente rural, não é obrigatória essa formação, sendo ela facultativa.

Sobre a formação de docentes para ministrarem aulas no ensino médio, o artigo

59 traz em seu texto, a obrigatoriedade da formação de professores em faculdades de filosofia, ciências e letras, além de instruir sobre o ensino médio técnico, como. Como vimos, no parágrafo único do artigo 59, os cursos de formação de professores também podem funcionar nos institutos de educação. Porém, somente seria possível se seguirem as normas estabelecidas para os cursos pedagógicos. Portanto, os institutos de educação que não seguiam as normas dos cursos pedagógicos, não poderiam funcionar com cursos de formação de professores.

Diante do que foi exposto anteriormente sobre a LDB de 1961 e a formação de professores, pudemos perceber que, nessa lei, a formação do professor ainda não era algo muito discutido, bem como incentivado. A principal finalidade era organizar a educação brasileira, deixando a desejar um dos principais pilares para uma boa educação: a formação de professores. A LDB de 1961 deixou claro, em 3 artigos (52, 53 e 59) o que seria discutido e feito em relação à formação de professores: a formação do professor para o ensino primário no ensino normal de grau ginásial ou colegial e formação do professor para o ensino médio nos cursos de nível superior.

Trazendo a LDB de 1996 como objetivo de discutir as mudanças ocorridas de uma lei para a outra, no que se diz respeito à formação do professor, a atual LDB nº 9394/96 traz um maior aprofundamento na temática, bem como a inclusão de outros pontos, como por exemplo, a formação de professores para os profissionais da educação especial. No Título VI intitulado de “Dos profissionais da Educação”, o Art. 62 que afirmam que a formação de docentes para atuar na educação básica será por meio do nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Partindo disso, o artigo expõe sete parágrafos a respeito da formação do professor. Ao analisar a lei, é possível perceber que todos esses parágrafos foram incluídos na LDB por meio de alguma lei posterior. As leis utilizadas foram: Lei nº 12.056, de 2009, Lei nº 12.796, de 2013 e Lei nº 13.415, de 2017. Diante disso, no Art. 62 discute que a formação docente para atuar na educação básica será a nível superior, em curso de educação plena.

Ainda no Art. 62, conta com oito parágrafos, que discutem sobre o dever da União, dos Estados e Municípios acerca da formação de professores. Em suma, os oito parágrafos discutem acerca da formação continuada e a capacitação dos profissionais, a formação inicial dos professores que se dará preferencialmente pelo ensino presencial, a facilitação do acesso e a permanência nos cursos de formação de docentes em nível superior, bem como o incentivo à formação continuada.

Diante do artigo anterior, podemos perceber como ele é rico acerca da formação dos professores. Nele, é assegurado ao professor a formação continuada

e a capacitação dos profissionais do magistério, além da facilitação de acesso e permanência nesses cursos de formação. Diferente da LDB de 1961, que trazia pouco sobre a educação continuada dos professores, a LDB de 1996 incentiva a melhoria na formação profissional dos professores.

O artigo seguinte, tratará sobre os institutos superiores de educação, fornecendo em seus três primeiros incisos, bases normativas para a formação de professores, no âmbito dos institutos superiores de educação. No que se dispõe o Art. 63 sobre os institutos superiores que a educação manterão:

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:
I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica; III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Quadro 3 – Art. 63 da LDB nº 9394/96

Quadro construído pelos próprios autores

Dando continuidade, no Art. 64, estipula-se que, na educação básica, só serão permitidos profissionais graduados nos cursos superiores de pedagogia ou àqueles que possuam pós-graduação em educação. Contrastando, assim, com a exigência de formação de profissionais de outros níveis de ensino, nos quais profissionais formados nas mais diversas áreas podem atuar.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.
Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Quadro 4 – Art 64 e 66 da LDB nº 9394/96

Quadro construído pelos próprios autores

Ambos os artigos mencionados anteriormente dizem respeito ao Ensino Superior, na perspectiva da formação de professor. O artigo 66, determina que só poderão ministrar aulas nesse nível, exclusivamente os docentes que possuem título de pós-graduação. Sendo, portanto, vedado ao portador do título de graduação o ensino no magistério superior. No parágrafo único diz respeito ao notório saber,

garantindo àquele com doutorado em área afins a possibilidade de exercer a docência no ensino superior.

O artigo 67 da atual LDB, delinea sobre a valorização profissional e assegura os planos de carreira do magistério público. No quadro abaixo, é possível ver a valorização docente desde o aperfeiçoamento do profissional continuado, à colocação de um piso salarial para o profissional da educação, bem como o plano de carreira:

<p>Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:</p> <ul style="list-style-type: none">II - Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;III - piso salarial profissional;IV - Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;V - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;VI - Condições adequadas de trabalho.

Quadro 5 – Art. 57 da LDB nº 9394/96

Quadro elaborado pelos próprios autores

Em suma, a partir da promulgação da Constituição de 1988, a LDB anterior (4024/61) foi considerada obsoleta, o que gerou um novo debate sobre a educação e a sua organização, dando origem à LDB 9394/96. Diante da nova LDB, a formação de professores cresceu consideravelmente, trazendo pontos importantes, como a valorização docente, o aperfeiçoamento profissional continuado, bem como a necessidade em se ter um curso superior para a atuação como professor.

Diante da análise empreendida neste trabalho, podemos destacar as principais mudanças encontradas pela pesquisa: a formação de educadores passa a ser em nível superior, e não mais pela Habilitação Específica de Magistério. A formação passa então a ser em cursos de graduação plena; a valorização do docente, ao estabelecer o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.

Além disso, na atual LDB, passa a ser exigido professores com especialização adequada em nível médio ou superior para o ensino dos educandos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, a partir do art. 59. Outra mudança que foi de fundamental importância foi considerarem profissionais da educação escolar básica os trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas, a partir do art. 61. E, por fim, a atribuição dos profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino,

para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, a partir do art. 61, inciso IV.

Podemos perceber que as principais mudanças foram a exigência de graduação plena para o exercício docente; a valorização docente, bem como a garantia da formação continuada; a exigência de especialização adequada para professores de educando com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação; além da instituição do notório saber.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.034/61 e da lei nº 9394/96, foi possível realizar uma comparação do que ambas tratam acerca da formação de professores. Partindo disso, as mudanças trazidas na LDB de 1996 são extremamente visíveis, uma vez que, ao passar dos anos, a lei se aprimorou, trazendo aspectos pertinentes e necessários para a evolução da educação como um todo.

As mudanças de uma LDB para a outra trouxeram benefícios, tanto para a qualidade do ensino quanto para o professor. Essa inferência é evidenciada pela valorização docente que o estabelecimento do aperfeiçoamento continuado propiciou. Ademais, é importante ressaltar o papel que a Lei de Diretrizes e bases tem para a formação do professor, seja ela a formação inicial ou a continuada. A partir da lei nº 9394/96, passou a ser obrigatório a formação de educadores em nível superior.

Além disso, faz-se necessário pensar em formas para que essa formação de professores aconteça de fato, e não que ela fique apenas na legislação. Ser professor é estar em uma contínua formação para que seja possível acompanhar as mudanças da sociedade. Soma-se a isso, a necessidade de aperfeiçoamento, tanto profissional quanto pessoal do educador e que deve ser feita sem burocracia, visto que ela é garantida por lei.

Esse aperfeiçoamento, por sua vez, só acontece de maneira plena quando o docente reflete criticamente sobre a sua própria prática. Não obstante, apenas a reflexão crítica não basta para o exercício criativo, inovador e transformador da docência. É necessário, paralelamente, o investimento na formação efetiva e constante desses professores, mormente empreendido pelo poder público, não apenas na formação em si, mas também as condições para que ela aconteça efetivamente e com qualidade. A valorização e aperfeiçoamento docente não só beneficia o educador, mas a educação como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em:< <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

_____. **Lei nº 5.682, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º graus. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as leis de diretrizes e bases da educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2019.

DUARTE, Antônio Ricardo Calazans. **A formação continuada como processo de aperfeiçoamento da atividade docente**. Revista Ciência Plural, 2017.

IMBERNÒN, Francisco. **Formação docente e profissional: forma-se para mudança e a certeza**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001

NÓVOA, Antonio. (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5. pp. 13-33.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola. Teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita. **O Brasil na década de 90: uma transição bem sucedida?**. Rio de Janeiro, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Rev. Bras. Educ., Abr 2009, vol.14, no.40, p.143-155. ISSN 1413-2478a.

_____, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 47, 207, 212, 298

Aprendizagem 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 27, 42, 46, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 96, 97, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 124, 127, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 158, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 187, 189, 190, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 237, 238, 239, 241, 242, 256, 257, 258, 259, 260, 266, 267, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 285, 286, 287, 290

Ausubel 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Autismo 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 228, 229, 230

Avaliação 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 51, 63, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 89, 105, 124, 142, 158, 164, 171, 174, 186, 187, 189, 191, 236, 256, 267, 275

Avaliação democrática 22, 28, 29

C

Comunidade rural quilombola 34, 35, 46, 50, 51, 52

Contexto escolar 85, 87, 91, 97, 114, 117, 167, 175, 180, 187, 214, 237

Crianças 3, 4, 5, 8, 9, 38, 44, 57, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 101, 111, 145, 147, 157, 177, 178, 200, 202, 211, 212, 228, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 266, 267, 274

Crianças surdas 253, 254, 255, 256, 260, 261, 264, 266, 267

Currículo 7, 15, 17, 21, 41, 46, 48, 51, 75, 80, 88, 138, 172, 174, 196, 229, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 258, 273, 276, 279

D

Deficiência visual 63, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 273

Desempenho 21, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 50, 65, 87, 91, 93, 97, 106, 164, 179, 192, 199, 200, 201, 206, 211, 212, 213, 270

Dificuldades de aprendizagem 2, 3, 4, 8, 13, 20, 177, 179, 190

E

EAD 34, 35

Educação 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 29, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 97, 98, 99, 102,

103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 290, 294, 296, 297, 298

Educação inclusiva 65, 67, 68, 72, 74, 75, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 118, 121, 192, 218, 229, 253, 254, 255, 256, 260, 264, 266, 267, 269, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 282

Educação infantil 2, 73, 157, 160, 162, 163, 207, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267

Educação matemática 73, 152, 215, 219, 229, 283, 290, 296, 297, 298

Educação quilombola 34, 35, 46, 48, 50, 52

Educador social 123

Ensino 1, 2, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 27, 32, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 134, 136, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 179, 182, 187, 189, 191, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 207, 208, 212, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 227, 228, 229, 232, 233, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 247, 249, 251, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 295, 296, 298

Ensino na saúde 76

Escola 1, 5, 8, 9, 13, 16, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 41, 44, 50, 55, 56, 60, 61, 62, 64, 67, 74, 76, 78, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 114, 115, 116, 122, 132, 135, 136, 141, 146, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 166, 170, 172, 178, 180, 181, 184, 185, 187, 188, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 222, 223, 229, 232, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 264, 267, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 297

F

Formação 2, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 35, 39, 42, 43, 50, 54, 55, 56, 58, 63, 70, 71, 73, 75, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 96, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 122, 125, 126, 127, 132, 133, 135, 136, 138, 151, 153, 154, 155, 156,

157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 190, 192, 194, 195, 202, 207, 209, 212, 217, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 245, 247, 254, 256, 257, 258, 260, 264, 268, 269, 272, 275, 276, 277, 279, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 294, 295, 296, 297, 298

Formação de professores 50, 71, 122, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 173, 174, 175, 176, 178, 190, 192, 231, 232, 233, 235, 237, 242, 258, 275, 285, 294, 295, 298

G

Gestão escolar 22, 26, 31, 98, 198, 207

Globalização 115, 193, 196

H

Hábitos familiares 85

Histórias em quadrinhos 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62

I

Impactos 114, 193, 196, 214

Inclusão 41, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 121, 122, 123, 124, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 162, 207, 228, 229, 230, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 278, 279, 280, 281, 282

Inclusão escolar 63, 66, 67, 69, 72, 108, 113, 121, 207, 273, 278

Inclusão qualificada 123, 124, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Inovação educacional 76

Intervenção pedagógica 59, 215

J

Jovem agricultor 123

L

Laird 139, 140, 141, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152

LDB 41, 87, 88, 106, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 239, 250, 252

Leitura 5, 7, 8, 9, 10, 16, 40, 46, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 67, 87, 133, 134, 182, 231, 233, 252, 263, 268, 279, 286, 294, 296

M

Materiais didáticos bilíngues 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 264, 265, 267

Medicalização 177, 179, 187, 190, 191, 192

Metodologias ativas 13, 16, 19, 21

Métodos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 47, 75, 105, 135, 151, 152, 159, 179, 197, 229, 252, 257, 258, 296

Multiletramentos 231, 233, 235, 239, 240, 241, 242

P

Pedagogia crítico-reflexiva 243

Pedagogia da alternância 123, 125, 126, 138

PNE 243, 244, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 256, 258

Políticas públicas 39, 46, 64, 67, 205, 213, 232, 235, 243, 246, 251, 256, 281

Posturas educativas 167, 168, 169, 171, 172, 175

Prática pedagógica 3, 6, 7, 71, 74, 109, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 237, 239, 240, 274

Processo pedagógico 108, 112, 115, 116, 221, 262

Processo seletivo 22, 23, 32, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 210

Produção textual 53, 60, 61, 62

Professores 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 20, 23, 26, 29, 40, 45, 49, 50, 54, 57, 59, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 85, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 111, 112, 113, 118, 119, 121, 122, 145, 147, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 246, 254, 256, 258, 260, 267, 269, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 294, 295, 296, 297, 298

Psicologia escolar 177, 180, 191

R

Recursos tecnológicos 15, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 278, 280

Rotatividade 137, 199, 200, 201, 212, 213

S

Sequência didática 53, 59, 60, 61

Sistema único de saúde 13, 14, 15, 16

T





Tecnologias digitais 21, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242

Teorias cognitivistas 139, 141
Teorias da aprendizagem 139, 140, 148, 149, 151
Transição 19, 85, 86, 90, 91, 106, 166, 273
Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade 177

V

Vergnaud 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152
Vínculo 89, 124, 199, 200, 201, 206, 211, 212, 213, 272, 278
Vivências 46, 82, 85, 169, 172, 178, 180, 185, 190

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br